

Programa Mais Professores para o Brasil



Posicionamento sobre o Programa Mais Professores para o Brasil

JANEIRO/2025

Em um longo caminho que o país tem para fortalecer a profissão docente, "Mais Professores para o Brasil" é passo importante do MEC

O Ministério da Educação lançou um conjunto de políticas docentes no âmbito do "Programa Mais Professores para o Brasil", em cerimônia oficial com o Presidente da República, no dia 14 de janeiro de 2025. Entre os destaques das novas políticas¹, estão:

1. **Prova Nacional Docente** - Instituição do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) Licenciaturas como uma prova cujos resultados poderão ser utilizados pelas redes de ensino como parte de seus processos de seleção de professores. A prova poderá ser feita tanto para concluintes dos cursos de Formação Inicial Docente (FID) quanto por professores já em exercício que desejam se candidatar para processos de ingresso em redes de ensino que aderirem à medida;
2. **Pé-de-Meia Licenciaturas** - Para estudantes que obtiverem nota igual ou superior a 650 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e optarem por cursar uma licenciatura via Sisu, Prouni ou Fies (nessa ordem de prioridade), será ofertada uma bolsa mensal de R\$700 – atrelada ao desempenho acadêmico dos estudantes em cada semestre de graduação –, somada a um depósito mensal de R\$350 em uma poupança, que só poderá ser sacada após a conclusão da licenciatura e ingresso em uma rede pública de ensino em até cinco anos. Serão ofertadas, em 2025, até 12 mil bolsas. O objetivo é aumentar a atratividade dos cursos de Formação Inicial Docente para estudantes com bom desempenho e apoiá-los até a conclusão do curso.
3. **Bolsa Mais professores** - Pagamento de bolsa mensal, por até dois anos, de R\$2.100 (adicional ao salário) para profissionais ingressantes nas redes de ensino que aderirem ao programa e que atuarem em regiões onde faltam professores em determinadas disciplinas. Os docentes participantes do programa também farão uma pós-graduação.

Na avaliação do Todos Pela Educação, um destaque do anúncio é o fato de que o MEC não focou apenas em um programa, mas em um conjunto de medidas que tentam mitigar alguns dos desafios da profissão: a falta de atratividade dos cursos de licenciatura para alunos com bom desempenho acadêmico no Ensino Médio, a baixa qualidade da seleção de professores nas redes de ensino e as dificuldades de alocação de professores com formação adequada em determinadas disciplinas e regiões do país. De fato, as políticas docentes devem ser pensadas em uma perspectiva sistêmica, de

¹ Para além dessas três medidas, a política ainda prevê outros dois eixos: **Formação Docente**, a partir de um portal que reúne informações sobre formações voltadas para o desenvolvimento profissional dos docentes, e **Valorização dos Professores**, por meio da oferta de benefícios exclusivos, como cartão de crédito com anuidade grátis, descontos em hotéis e a criação do Prêmio MEC de Educação Brasileira, tendo notebooks como premiação.

forma a considerar as diferentes dimensões que englobam a formação inicial, a seleção e a carreira de um professor.

Outro destaque mais geral está no fato de o Programa representar um importante e necessário resgate das políticas docentes como tema prioritário da agenda do Ministério da Educação, aspecto este ausente em boa parte das últimas gestões federais e em boa parte da última década. Isso é evidenciado pela envergadura do conjunto de medidas anunciadas (potencial de impacto e orçamento atrelado), assim como pela forma como se deu o lançamento, envolvendo diretamente o Presidente da República.

A seguir, apresenta-se a análise do Todos Pela Educação referente às três principais políticas lançadas pelo Governo Federal:

1. Prova Nacional Docente

A Prova Nacional Docente é um instrumento central para apoiar as redes de ensino em seus processos de seleção, na medida em que poderão:

- Realizar concursos mais frequentes: atualmente, os concursos acontecem, em média, a cada 5 anos nas redes estaduais e a cada 7,5 anos nas redes municipais²;
- Melhorar os processos de seleção: os processos atuais não são capazes de avaliar de forma adequada as competências docentes. Com uma Prova Nacional, as redes poderão usar os resultados como a primeira etapa dos seus concursos e utilizar seus recursos para investir em provas práticas – atualmente, quase inexistentes³;
- Reduzir o número de professores temporários: atualmente, nas redes estaduais, há mais temporários que efetivos⁴. Com uma Prova Nacional anual, as redes poderiam realizar mais concursos e ter mais docentes efetivos.

Adicionalmente, a prova pode ser importante também para os professores que, com a nota de apenas uma prova, poderão aplicar para a primeira fase de processos seletivos de diversas redes.

Para que todos esses potenciais benefícios sejam concretizados, é fundamental que o Inep, responsável pelo Enade Licenciaturas, garanta uma matriz de avaliação adequada para a prova e itens (perguntas das provas) com ênfase no conhecimento pedagógico do conteúdo (o que e como ensinar os objetivos de aprendizagem dos currículos), e faça as adaptações necessárias para que um

² Fonte: “Como as redes municipais e estaduais selecionam e alocam seus professores?”. Disponível em: <https://www.profissaodocente.org.br/post/como-as-redes-municipais-e-estaduais-selecionam-e-alocam-seus-professores-no-brasil>.

³ Fonte: “Qualidade dos concursos públicos para seleção de docentes da Educação Básica no Brasil”. Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/11/qualidade-dos-concursos-publicos-para-selecao-de-docentes-da-educacao-basica-no-brasil-todos-pela-educacao.pdf>.

⁴ Fonte: MEC/Inep - Sinopse Estatística da Educação Básica.

instrumento originalmente desenhado para avaliar cursos de Ensino Superior seja capaz de mensurar de forma adequada as competências docentes daqueles que realizam a prova.

Já o MEC terá um importante papel de garantir uma ampla adesão das redes de ensino à política, além de liderar um esforço de comunicação para que a prova tenha um alto número de inscritos, para além daqueles concluintes que já farão de forma obrigatória o Enade.

Em relação ao desenho da política, o MEC acerta ao estabelecer a adesão voluntária, desvincular da ideia de uma certificação docente e dar autonomia para as redes usarem os resultados de diferentes formas. A Prova Nacional se configura como um importante apoio técnico do Ministério da Educação e uma política capaz de qualificar de maneira transformadora os processos de ingresso dos professores nas redes públicas de ensino.

Por fim, cabe ressaltar que ideia semelhante à prova já foi formulada pelo Ministério da Educação em 2011 e não foi implementada. Portanto, o cuidado com a implementação e com todos os detalhes envolvendo essa medida será de extrema importância.

2. Pé-de-Meia Licenciaturas

O Pé-de-Meia Licenciaturas, por sua vez, é uma política que visa endereçar diversos desafios, como a baixa atratividade dos cursos de licenciatura para alunos com bom desempenho no Enem, as altas taxas de evasão, a ociosidade de vagas e o fato de muitos estudantes terem que conciliar os estudos com o trabalho, prejudicando a realização dos estágios, por exemplo. Inspirada na política já existente para estudantes de Ensino Médio e em experiências internacionais de outros países, inclusive na América Latina (como no Chile, Peru e Colômbia), a política tem o potencial de ajudar no enfrentamento desses múltiplos desafios. Além disso, a medida também tem importante efeito simbólico, ao sinalizar de forma inequívoca que o país quer incentivar seus melhores alunos a se tornarem professores.

Outro ponto positivo da política é a definição de que parte do valor pago será destinado a uma poupança, que somente poderá ser sacada quando o concluinte ingressar em uma rede pública de ensino, no prazo máximo de cinco anos. No Brasil, apenas cerca de 1/3 dos professores que concluem a licenciatura ingressam na carreira docente⁵, e, portanto, a contrapartida definida poderá ser importante para a efetividade da medida. Cabe ressaltar a importância de se definir qual o tempo mínimo de permanência do professor na rede de ensino para que o acesso ao valor da poupança seja liberado.

Do ponto de vista prático, ainda surgem algumas questões importantes que precisarão ser acompanhadas e analisadas ao longo da implementação da política. A primeira é se o valor da bolsa será atrativo o suficiente para influenciar a decisão da escolha de carreira de um estudante recém

⁵ Fonte: Censo da Educação Básica (2022) e Censo da Educação Superior (2010-2021). Disponível em: <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5967/4344>.

saído do Ensino Médio. Países que adotaram essa medida mexeram de forma simultânea em elementos como o salário inicial e o desenho da carreira, tornando-os mais atrativos, o que não é possível em um país federativo como o Brasil, em que as definições sobre a carreira docente estão sob responsabilidade de estados e municípios. A bolsa, de forma isolada, pode tratar um sintoma e não a causa do problema.

A segunda questão é se, não havendo nenhum critério de distribuição para além da pontuação no Enem, a bolsa poderá ser paga para estudantes de maior renda média, que já estavam decididos a se tornar professores, limitando seu potencial de atrair novos alunos para os cursos de FID.

A terceira é se a distribuição das bolsas não deveria levar em consideração as disciplinas e regiões com mais desafios em relação à oferta de professores, além de priorizar licenciandos que optarem por cursos presenciais e com boa avaliação, para que o governo não invista recursos para apoiar estudantes em cursos de baixa qualidade. No desenho atual, a política prevê que os estudantes de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas só poderão receber a bolsa caso a IES e curso tenham conceito 4 ou 5 na avaliação do MEC, mas não limita os cursos a distância.

O MEC deve avaliar os efeitos dessa política de forma próxima, medindo seu custo-benefício, já que as evidências apontam que ações dessa natureza podem obter resultados exitosos ou não, a depender do seu desenho e implementação.

3. Bolsa Mais Professores

A Bolsa Mais Professores pode ser uma importante medida para garantir docentes com formação adequada em regiões que já sofrem com a falta de professores. Há, no entanto, alguns desafios de operacionalização:

- (i) Não há sistema integrado de gestão de vagas para docentes no Brasil, o que pode dificultar para que o MEC identifique onde, de fato, há falta de professores ou alto grau de inadequação docente;
- (ii) Algumas redes de ensino já contam com políticas próprias de bonificação para docentes que atuam em regiões mais vulneráveis e, portanto, será importante compreender de que forma essas políticas se relacionam;
- (iii) Considerando que a bolsa tem duração de até dois anos, é preciso considerar quais serão os mecanismos que irão garantir a retenção dos profissionais nas redes de ensino quando a bolsa for encerrada;
- (iv) Não há clareza de quais são as redes de ensino prioritárias que poderão aderir ao programa. Seria interessante considerar redes com menor disponibilidade de recursos.

A proposta da política aponta na direção correta, mas seu desenho é fundamental para que ela alcance os resultados almejados.

CONCLUSÃO

O conjunto de medidas anunciadas pelo MEC no “Programa Mais Professores para o Brasil” tem grande potencial para promover melhorias na profissão docente. O MEC acerta ao priorizar essa pauta e desenhar uma política pública de caráter sistêmico, que olha para diversos elementos, desde a atratividade, passando pela permanência na formação inicial até a alocação docente.

Todavia, é importante mencionar que, embora sejam passos importantes, ainda há muito a ser feito, em um longo caminho que o poder público brasileiro precisará percorrer nos próximos anos.

Um ponto de atenção nesse sentido está no âmbito da Formação Inicial Docente (FID), que tem o MEC como principal responsável por supervisionar, avaliar e regular os cursos de Ensino Superior. Infelizmente, a formação inicial de professores no Brasil não tem conseguido preparar os docentes de forma adequada para os desafios da sala de aula. Essa preocupação foi levada ao Ministério da Educação, em novembro de 2023, por um conjunto de organizações, incluindo o Todos Pela Educação, na “Carta ao MEC em defesa de mudanças estruturais na formação inicial de professores no Brasil”⁶. Os problemas identificados são múltiplos, tais como:

- Mesmo representando cerca de 20% das matrículas no Ensino Superior brasileiro, ainda existem muitas vagas ociosas nos cursos de licenciatura. Adicionalmente, a taxa de evasão média dos cursos é de 50%⁷;
- De cada 100 alunos que concluíram esses cursos em 2022, 65 estavam na modalidade EaD⁸;
- No Enade 2021, de todos os cursos de FID avaliados, nenhum obteve nota média superior a 50, em uma escala de 0 a 100⁹.

Desde o início da gestão do Ministro Camilo Santana, a situação preocupante da formação inicial docente vem recebendo mais atenção. Alguns importantes avanços nos dois primeiros anos de mandato foram:

- Homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores (Resolução 4/2024) que, entre outros destaques, definiu que os cursos na modalidade EaD devem ter no mínimo 50% da carga horária presencial;

⁶ Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/11/carta-ao-mec-formacao-inicial-de-professores.pdf>.

⁷ Fonte: Censo da Educação Superior.

⁸ Fonte: Nota técnica do Todos Pela Educação, com base nos dados do Censo da Educação Superior. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/formacao-de-professores-ead/>.

⁹ Fonte: Nota técnica do Todos Pela Educação, com base nos dados do Enade. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/formacao-de-professores-ead/>.

- Criação do Enade Licenciaturas, promovendo uma série de melhorias no atual instrumento de avaliação e tornando sua recorrência anual (Portaria nº 610);
- Fortalecimento do Pibid e da Residência Pedagógica, com aumento do valor e do número de bolsas disponíveis;
- Suspensão temporária da abertura de novos cursos EaD de diversas áreas, incluindo as licenciaturas (Portaria MEC nº 528, de 06/2024).

Todas essas medidas, já em andamento, são de extrema relevância para promover melhorias nos cursos de FID, mas o país ainda não tem uma Política Nacional para a Formação Inicial Docente, capaz de elevar, de forma substancial, a qualidade dos cursos que são ofertados aos futuros professores. Por mais que existam muitas ações, elas ainda precisam ser agrupadas sob um mesmo “guarda-chuva”. Uma Política Nacional deve combinar medidas de apoio e incentivo às instituições e estudantes e melhorias na forma como o MEC avalia e regula os cursos. Nesse sentido, existem algumas medidas importantes que ainda não foram objeto de atenção do Ministério, tais como:

- Criar programas estruturados de apoio técnico e financeiro para as Instituições de Ensino Superior, com foco na implementação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial Docente (Resolução nº 04/2024);
- Melhorar os instrumentos de avaliação *in loco* do Inep para atender às especificidades do cursos de licenciatura;
- Remodelar os indicadores de qualidade dos cursos, garantindo que deem mais peso para os resultados dos estudantes no Enade, em detrimento dos insumos, tais com número de professores mestres/doutores, quantidades de livros na biblioteca, etc.;
- Tornar a regulação mais rígida e eficiente, revendo as consequências para os cursos de baixa qualidade;
- Aprimorar e modernizar os programas de iniciação a docência, como o Pibid e a Residência Pedagógica;
- Redirecionar os recursos do Prouni, já que nas licenciaturas, as bolsas, em sua maioria, vão para estudantes que estão matriculados em cursos a distância de baixa qualidade.

De modo geral, o Todos Pela Educação reconhece a importância dos anúncios feitos pelo Ministério da Educação em direção à melhoria das políticas docentes no Brasil, mas reitera a necessidade de se continuar avançando no tema, em especial com um olhar mais específico para a formação inicial de professores.



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

 TODOSPELAEDUCACAO.ORG.BR

 [/TODOSEDUCACAO](https://www.facebook.com/TODOSEDUCACAO)

 [@TODOSEDUCACAO](https://twitter.com/TODOSEDUCACAO)

 [@TODOSPELAEDUCACAO](https://www.instagram.com/TODOSPELAEDUCACAO)

 [/USER.TODOSPELAEDUCACAO](https://www.youtube.com/user/TODOSPELAEDUCACAO)

 [/COMPANY/ TODOSPELAEDUCACAO](https://www.linkedin.com/company/TODOSPELAEDUCACAO)

 [TODOS PELA EDUCAÇÃO](#)